

# Declaração de autorização para verificação das informações das contas bancárias

CG11

(Aplicável à candidatura a habitação económica)

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) do bilhete de identidade/passaporte n.º \_\_\_\_\_, representante do agregado familiar/elemento do agregado familiar/candidato individual <sup>Nota 1</sup> do boletim de candidatura a habitação económica n.º \_\_\_\_\_, declaro que:

1.  **NÃO ABRI** quaisquer contas bancárias (incluindo contas bancárias individuais ou colectivas) nos bancos, nas instituições de crédito e nas instituições financeiras da RAEM com outros documentos de identificação (incluindo do Interior da China) para além do documento de identificação supracitado <sup>Nota 2</sup>.

**ABRI** contas bancárias (incluindo contas bancárias individuais ou colectivas) nos bancos, nas instituições de crédito e nas instituições financeiras da RAEM com outros documentos de identificação (incluindo do Interior da China) para além do documento de identificação supracitado, (favor indicar o tipo de documento e o respectivo número) \_\_\_\_\_

<sup>Nota 2</sup>

2. Autorizo que o Instituto de Habitação, adiante designado por IH, proceda à verificação e conferência das informações das minhas contas bancárias nos bancos, nas instituições de crédito e nas instituições financeiras da RAEM (incluindo contas individuais ou colectivas), bem como concordo que os bancos, as instituições de crédito e as instituições financeiras da RAEM disponibilizem das informações das minhas contas bancárias (incluindo contas bancárias individuais ou colectivas) ao IH, a fim de serem usados na comparação ou conferência das informações do presente pedido.

3. Os dados apresentados na presente declaração são exactos, não tendo sido ocultados nem fornecidos quaisquer dados que provoquem interpretação errada ou confusa. Tenho pleno conhecimento de que, de acordo com o artigo 50.º da Lei n.º 10/2011 (Lei da habitação económica), alterada pela Lei n.º 11/2015, caso tenham sido prestadas falsas declarações e seja considerado culpado(a), o IH pode invocar ou o tribunal pode declarar oficiosamente, a nulidade do respectivo contrato-promessa ou contrato de compra e venda, bem como posso incorrer em eventual responsabilidade penal <sup>Nota 3</sup>.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do(a) Declarante

de \_\_\_\_\_ de 20

Nota 1: Por favor risque a parte não aplicável.

Nota 2: Escolher a parte aplicável.

Nota 3: De acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º (falsificação de documento) do Código Penal, quem fizer constar falsamente de documento facto juridicamente relevante é punido com pena de prisão até 3 anos, ou com pena de multa.